

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

MAYARA SOUSA LUCAS DA FONSECA

EM CIMA DA MARÉ, EXPULSOS DA CIDADE:

O processo de segregação socioespacial e a desigualdade na cidade Santos

SÃO PAULO

2021

MAYARA SOUSA LUCAS DA FONSECA

EM CIMA DA MARÉ, EXPULSOS DA CIDADE:

O processo de segregação socioespacial e a desigualdade na cidade Santos.

**Trabalho de Graduação Individual (TGI)
apresentado ao Departamento de
Geografia da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Sociais da Universidade
de São Paulo, como parte dos requisitos
para obtenção do título de Bacharel em
Geografia.**

Área de Concentração: Geografia Urbana

Orientadora: Prof. Dra. Simone Scifoni

SÃO PAULO

2021

DEDICATÓRIA

Agradeço a minha mãe, minha namorada, minha família, ao cursinho Educafro Valongo (Santos-SP), minha professora (Simone Scifoni) e meus amigos da USP e os amigos do trabalho, que me auxiliaram e incentivaram todos esses anos. Todos que me apoiaram foram extremamente importantes nessa minha luta para chegar aqui, apesar de todos os déficits educacionais, eu passei na faculdade, consegui pagar o fretado, graças ao auxílio da USP, suportei muitas noites mal dormidas e dormidas no meio do caminho para casa, na Serra do Mar, trabalhando em um hospital em Santos e estudando em São Paulo, percebi que conseguia ultrapassar meus limites para realizar os meus objetivos, mas só de ter chegado ao final da faculdade, percebi que sou capaz disso e muito mais.

Quando criança, morei em bairros periférico da Praia Grande e de São Vicente, enfrentei enchentes e longos trajetos de ônibus para chegar em Santos, pois sempre estudei em escolas públicas santistas, porque eram consideradas as melhores da baixada. Aos oito anos, mudei para uma quitinete em um bairro privilegiado de Santos com meus pais, o aluguel era em conta, porque a dona não morava em Santos e não sabia ao certo os preços praticados na época.

Já em Santos, percebi que a cidade parecia perfeita perto da praia, mas ao visitar as periferias, a questão era tão ruim quanto as outras cidades, porém, de forma muito velada. Não se fala, nem se comenta, e assim, as pessoas continuam a ignorar os problemas das cidades em vez de tentar resolvê-los.

Com esse trabalho e com a ajuda dos moradores do Mangue Seco, tão solícitos, Isabela, Hozanilda, Maria, Alice, Aciana, Kelly Cristina e todos os outros com que tive contato, espero trazer mais visibilidade e que no futuro os moradores das periferias sejam mais respeitados, que seus direitos sejam garantidos de verdade. Acredito na educação e que ela pode transformar o mundo, assim, espero ser um agente transformador no futuro, para que o futuro seja mais justo.

RESUMO

O processo de expansão urbana da cidade de Santos – SP, resultou em uma cidade desigual entre suas zonas, sendo as zonas Leste e Centro, as primeiras habitadas por pessoas com maior poder aquisitivo e a noroeste por pessoas de baixa renda. Assim sendo, o presente trabalho se propõe a analisar o processo de segregação socioespacial, a partir da perspectiva dos moradores da favela do Mangue Seco, localizada na zona noroeste, entre as diversas casas de palafitas do Dique Vila Gilda. O trabalho perpassa pelos fatos que promoveram a sua criação e desenvolvimento das favelas neste território utilizando-se de documentos históricos e história oral. Após isso, buscou-se compreender os projetos em desenvolvimento pela Prefeitura Municipal de Santos em confronto com as necessidades dos moradores da comunidade do Mangue Seco.

Palavras-chaves: Segregação Socioespacial; Santos; Zona Noroeste; Dique da Vila Gilda; Mangue Seco; Lugar; entrevistas.

ABSTRACT

The urban expansion process of the city Santos – SP, resulted in an unequal city between its zones, with the eastern and central zones, the first inhabited by people with greater purchasing power and in the northwest by low-income people. Therefore, the present work intends to analyze the process of socio-spatial segregation, from the perspective of the inhabitants of the Mangue Seco favela, located in the northwestern zone, between the several stilt houses of the Dique Vila Gilda. The work goes through the facts that promoted its creation and development of the favelas in this territory, using historical documents and oral history. After that, we sought to understand the projects being developed by the Municipality of Santos in comparison with the needs of the residents of the Mangue Seco community.

Keywords: Socio-spatial segregation; Santos; Northwest Zone; Dique da Vila Gilda; Mangue Seco; Place; interviews.

ABREVIATÓES

AGEM: Agência Metropolitana da Baixada Santista
CDHU: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
COHAB: Companhia de Habitação
Cosipa: Companhia Siderúrgica Paulista
FAMS: Fundação Arquivo e Memória de Santos
Gini: Índice de Desigualdade de Renda
HIS: Habitação de Interesse Social
HMP: Habitação de Mercado Popular
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IHGS: Instituto Histórico e Geográfico de Santos
Oxfam: *Oxford Committe for Famine Relief* (Comitê de Oxford para Alívio da Fome)
PCV: Pesquisa de Condição de Vida
PIB: Produto Interno Bruto
PRODESAN: Progresso e Desenvolvimento de Santos
Sabesp: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SEADE: Sistema Estadual de Análise de Dados
ZEIS: Zonas Especiais de Interesse Social

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 Tabela sobre a promoção Habitacional no município de Santos Fonte: PMS/COHAB-ST, 2009	27
--	----

LISTAS DE MAPAS

Mapa 1: Mapa de localização de Santos-SP. Fonte: Mayara Fonseca.....	13
Mapa 2: Mapa Oficial das Macrozonas de Santos, com destaque da parte insular. Fonte: Prefeitura de Santos.....	14
Mapa 3 Mapa da Localização da favela do Mangue Seco na Zona Noroeste de Santos- SP elaborado para o trabalho Fonte: Google Earth/Elaborada por: Mayara Fonseca. 16	
Mapa 4 Planta Geral da Cidade de Santos 1945. Fonte: José Marques Carriço /Ana Maria S. M. Martins/ Marilu Lopes Santos.	19
Mapa 5 Planta Geral da Cidade de Santos 1956. Fonte: Prefeitura de Santos / José Marques Carriço.	21
Mapa 6 Mapa das áreas com assentamentos precários Fonte: Elaboração CEM/CEBRAP a partir do censo Demográfico IBGE (2000).....	26
Mapa 7 Mapa elaborado pela autora. Fonte: Google Earth	38

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 Ocupação e transformação do Manguezal (org. Cintia M. Afonso, 2001) fonte: Silvio Soares Macedo, Paisagem, urbanização e litoral, 1993, p.35.	17
Figura 2 Extensão da favela do Mangue Seco vista de cima. Fonte: Mayara S. L. Fonseca, 08/10/2019.	18
Figura 3 Foto da área em que os barracos do Mangue Seco foram removidos. Fonte: Mayara S. L. Fonseca, 08/10/2019.	18
Figura 4 Recorte do Jornal A Tribuna do dia 5 de fevereiro de 1965 Fonte: Novo Milênio	28
Figura 5 - Desenvolvimento da Favela em Palafitas. Fonte: Novo Milênio.....	29
Figura 6 Foto de um dos becos da favela do Mangue Seco. Fonte: Mayara S. L. Fonseca, 08/10/2019.	35
Figura 7 Foto de como são produzidas as moradias do Mangue Seco. Fonte: Mayara S. L. Fonseca, 08/10/2019.....	36
Figura 8- Projeto Prainha II. Fonte: Prefeitura de Santos, 2019.....	37
Figura 9- Foto das mulheres do Mangue Seco protestando. Foto: Ailton Martins, 16/04/2019.....	38

SUMÁRIO

Sumário

1. INTRODUÇÃO	11
2. CIDADE DE SANTOS E CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS	13
2.1 DA CONSTRUÇÃO DO DIQUE ATÉ A MAIOR FAVELA EM PALAFITAS DO BRASIL	19
2.2 PLANO DIRETOR	23
2.3 SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL	24
3. CONVERSA COM AS MORADORAS	30
3.1- PROBLEMAS DO MANGUE SECO.....	34
3.2 - AS PALAFITAS	35
4. PROJETOS FUTUROS.....	36
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a analisar as desigualdades em Santos, que culminam na existência da maior favela em palafitas do Brasil, uma cidade extremamente contraditória se analisarmos seus dados e história, ela é ativa economicamente e com rendas altas. Em quase 70 anos, a existência de milhares de pessoas foi ignorada, permitindo a ampliação dessa desigualdade social e modo de vida, em cima da “maré”, com o esgoto jogado diretamente no rio, embaixo de suas moradias e com abastecimento de água precário. Muitos anos se passaram desde as primeiras famílias que ocuparam essa área de manguezais e nenhum plano efetivo foi realizado para melhorar as condições de vida dessas pessoas.

Diante disso, o trabalho traz apontamentos sobre a formação dessa área de palafitas, a favela do Mangue Seco e a presente situação dos moradores, visando compreender o relacionamento entre a população em palafitas e o poder público, e o motivo para a continuação e ampliação da favela.

Ainda há o questionamento sobre as reais intenções e planos para as pessoas que vivem em palafitas, buscando verificar se houve um real envolvimento e trabalho para melhorar a vida dessa população ou se a administração da cidade negligenciou essa situação, devido ao envolvimento com os interesses de outras camadas sociais.

Além disso, o trabalho irá investigar a solução de realocação para prédios habitacionais da CDHU e verificar, juntamente com os moradores, se esse projeto federal é realmente inclusivo e compreende as necessidades das famílias. Sendo que em prédios habitacionais há muitos gastos, que não acompanham as fontes de renda dessas famílias, que são geralmente advindas de trabalhos autônomos ou sazonais. Sendo assim, abarcar as ideias que os moradores têm sobre esses projetos e os medos de não conseguir manter a habitação.

Por meio de bibliografia sobre geografia urbana, arquitetura e urbanismo, sites sobre a história de Santos e dados estatísticos oficiais, foi

construída a base do trabalho para compreender a cidade de Santos e suas características.

A consulta de dados foi realizada em órgãos da Prefeitura de Santos, analisando o Plano Diretor e o Plano Urbanístico da cidade, o IBGE para obter dados estatísticos oficiais, Fundação Seade, Oxfam, COHAB Santista e a AGEM. As principais fontes jornalísticas foram o site Novo Milênio, pois troca informações com a Fundação Biblioteca Nacional, Arquivo do Estado de São Paulo, Instituto Histórico e Geográfico de Santos (IHGS), Biblioteca Municipal Alberto Sousa (Santos), Fundação Arquivo e Memória de Santos (FAMS), Pinacoteca Municipal Benedito Calixto, Biblioteca e Arquivo Histórico Municipal de Cubatão, e, conseqüentemente, o jornal A tribuna, sendo um dos jornais mais antigos e veiculados na Baixada Santista.

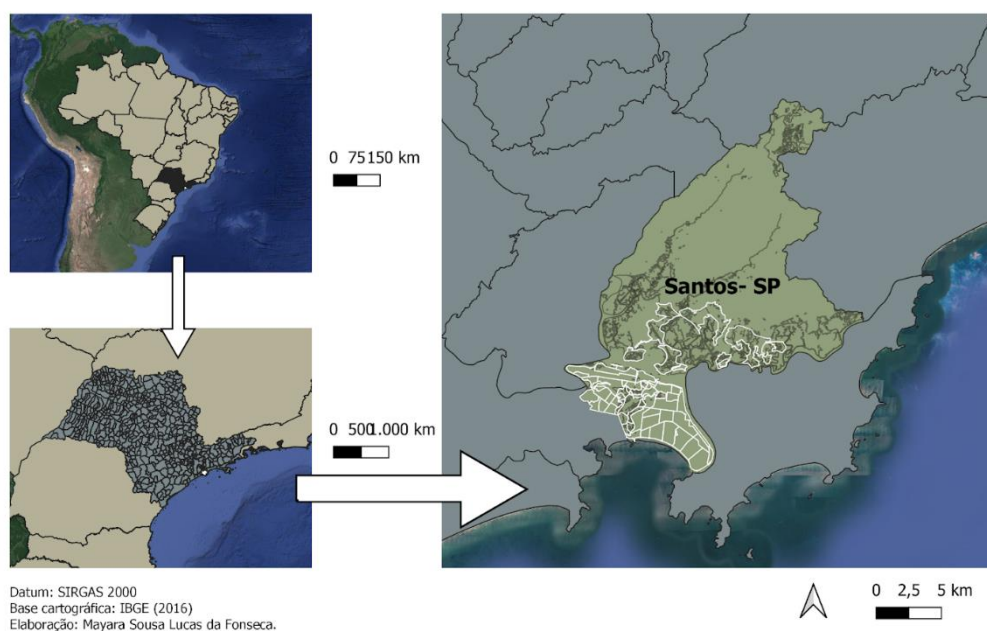
O trabalho irá trabalhar a categoria de lugar geográfico, analisando esse espaço de convivência e compartilhamento dos mesmos problemas entre os moradores, e suas sensibilidades e história. O trabalho também perpassa pelos princípios geográficos, ao buscar entender na extensão estudada, os problemas e características encontrados ou relatados, analogia entre as distintas e discrepantes zonas da mesma cidade, causalidade da realidade encontrada, conexão com acontecimentos históricos e locais, e por fim, a atividade desenvolvida nessa localidade que transformou a favela no que ela é atualmente e os projetos futuros.

Para a realização das entrevistas, foram consultados conteúdos sobre a História Oral Temática (História das sensibilidades) de MEIHY (2007), pois além da busca dessa história, há o foco no tema em que busco extrair dessas interações. Em meio as conversas, buscar as memórias dos moradores Mangue Seco de quando eles chegaram no lugar e suas lutas. Mostrar quem são, como se sentiam na favela e em outros lugares da cidade também são produtos desse trabalho.

2. CIDADE DE SANTOS E CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

A favela do Mangue Seco será o recorte desse trabalho e ela está localizada na cidade de Santos, que é uma cidade litorânea, situada no Estado de São Paulo, com extensão territorial de 281,033 km², população estimada em 432.957¹ pessoas. Santos é dividida em duas áreas, a área continental com 434,6 km² e a área insular com 39,4 Km², sua população é muito mal distribuída, com 99,2% da população concentrada na parte insular da cidade.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA CIDADE DE SANTOS-SP

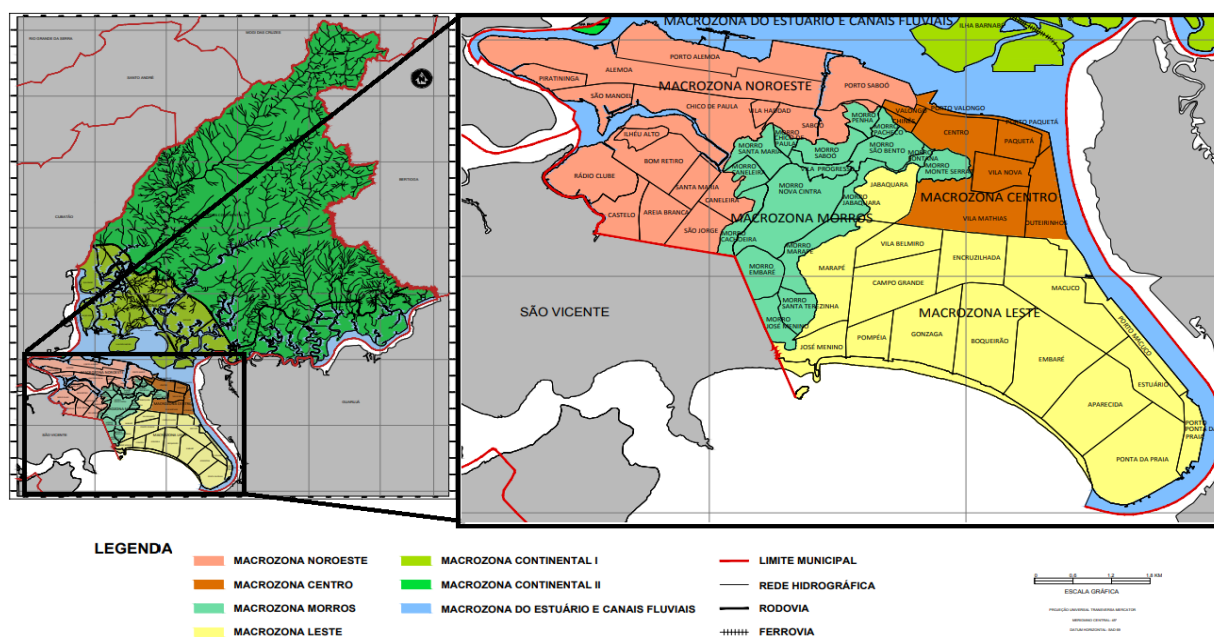


Mapa 1: Mapa de localização de Santos-SP. Fonte: Mayara Fonseca

Santos é dividida em sete macrozonas, a Macrozona de Estuário e canais fluviais constitui a área de rios entre a área Continental e a área Insular, onde opera o porto da cidade. A macrozona leste é um centro expandido, concentra as praias, comércios, imóveis de alta renda, escritórios e estruturas diversas. Macrozona de morros é majoritariamente constituída de imóveis de baixa renda e pouca infraestrutura, esta região também poderia ser considerada como uma muralha natural, que oculta e separa a Zona Noroeste das outras zonas, apenas uma das áreas é reservada às pessoas muito ricas,

¹ Dados oficiais da Prefeitura de Santos.

o Morro Santa Teresinha é um condomínio fechado, que concentra as maiores mansões da cidade. A Macrozona Centro é uma área comercial, pouco habitada e que concentra grandes escritórios do comércio exterior. A Macrozona Continental I e II são as maiores áreas da cidade, mas também é pouco habitada e é área de conservação ambiental. E a Macrozona Noroeste, objeto de estudo do presente trabalho, é uma área periférica da cidade, horizontalizada, ou seja, há poucos prédios, com comércio local e popular. A disposição dessas macrozonas é possível ser vista no mapa 2 abaixo, ela está disponível no site da prefeitura da cidade.



Mapa 2: Mapa Oficial das Macrozonas de Santos, com destaque da parte insular. Fonte: Prefeitura de Santos.

Santos é o centro da metrópole, essa centralidade acarreta maiores investimentos, infraestrutura e serviços públicos, além de, serviços e produtos de alto padrão. Conforme SANTOS(1959, pag.18),“as atividades básicas dariam o grau de centralidade do núcleo, isto é, sua capacidade de oferecer serviços e produtos à área a que preside, enquanto as não-básicas apenas ofereceriam aos moradores desse núcleo”, Santos é o núcleo da baixada santista, além dos serviços que podem ser ofertados para outras cidades, existe o mercado que é a própria cidade, por exemplo, existem serviços médicos apenas ofertados na cidade de Santos, mas que abrange toda a

baixada, comércio de serviços e produtos de luxo, e grandes empresas que se concentram em Santos.

A Zona Noroeste de Santos é uma das zonas da cidade mais recentes que foram ocupadas e urbanizadas, ela produz uma conurbação com São Vicente, sendo ainda confundida por muitas pessoas como parte da Ilha de São Vicente, o que também pode refletir um certo preconceito por causa das diferenças paisagísticas da Zona Noroeste em comparação com a Zona Leste de Santos, bairros tradicionais e privilegiados como Gonzaga e Ponta da Praia, sendo também a Zona Leste detentora de muitos serviços e infraestrutura e a Zona Noroeste mais periférica, horizontal, alagadiça e com menor oferta de serviços.

Essas zonas foram pensadas a partir da função de cada área e setor de importância para a cidade, como zonas comerciais, residenciais, portuárias e de interesse social, ao analisar os documentos da cidade sobre o urbanismo e analisando as recentes reformas na cidade, fica evidente a predileção pela zona Leste em relação as demais zonas. Segundo LEFEVBRE (2001),

“Com o pretexto de organização, o organismo desaparece, de maneira que o organicismo oriundo dos filósofos surge como um modelo ideal. A ordenação das “zonas” e das “áreas” urbanas se reduz a uma justaposição de espaços, de funções, de elementos práticos. Setores e funções estão estreitamente subordinados aos centros de decisão. “

Partindo desse pressuposto, podemos considerar o fato de que o baixo investimento em outras zonas gera uma desvalorização e negligência com esses espaços e pessoas.

Ao longo do processo de urbanização da Zona Noroeste em Santos, a área já foi caracterizada como pântano, zona rural e atualmente, abriga mais de 100 mil moradores, entre eles, mais de 20 mil pessoas em moradias sobre a “maré” (Rio Bugres), palafitas. A área de palafitas é dividida pelos próprios moradores, sendo que em cada parte há denominação, a favela da Última Ponte, Vila Telma, Terror, Casinhas, AGB e Caixa D'água são oficialmente denominadas pela prefeitura como Dique da Vila Gilda, e além dessas, existe a favela do Mangue Seco, que será o recorte espacial a ser estudado, por meio

da história do seu desenvolvimento social, a segregação socioespacial e as lutas dos moradores e o planejamento da cidade em relação a essa favela.



Mapa 3 Mapa da Localização da favela do Mangue Seco na Zona Noroeste de Santos-SP elaborado para o trabalho Fonte: Google Earth/Elaborada por: Mayara Fonseca.

No mapa 3, produzido para ilustrar a localização da favela, podemos ver a favela do Mangue Seco, que está na Zona Noroeste da cidade de Santos, entre o Rio dos Bugres e o canal da Jovino de Melo, às margens do Rio dos Bugres, ocupa área de manguezal e, conseqüentemente, falta esgotamento, função do poder público, além do lixo, degradando o ecossistema marinho. De acordo com AFONSO (2002)

“Os manguezais são ambientes nos quais o simples ato de caminhar é muito difícil, devido à baixa consistência de seu solo constantemente alagado e à sua vegetação de raízes entrelaçadas. Também a construção de edificações é difícil, em virtude do caráter instável do seu solo. Para construir, frequentemente têm sido feitos aterros sobre as áreas de manguezal previamente desmatadas, mas os resultados têm sido discutíveis por causa do permanente recalque do terreno.”

Para chegar às moradias é preciso andar cuidadosamente sobre tábuas soltas, quebradas, com pregos expostos ou moles por causa da maresia. Com

o descarte dos dejetos no rio, o cheiro se torna muito desagradável e só piora com aumento da temperatura e a presença de ratos, que é inevitável.

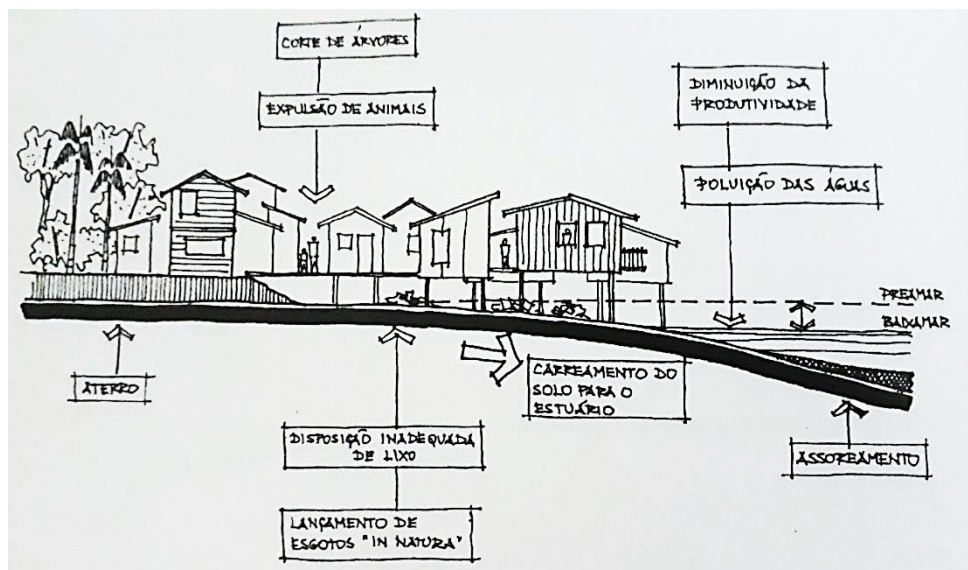


Figura 1 Ocupação e transformação do Manguezal (org. Cintia M. Afonso, 2001) fonte: Silvio Soares Macedo, Paisagem, urbanização e litoral, 1993, p.35.

A figura 1 mostra exatamente os impactos da ocupação do manguezal, como corte de árvores, expulsão dos animais, descarte do lixo e esgoto de maneira irregular, aterramento do local, assoreamento e poluição da água. Os impactos ambientais se unem aos impactos sociais que tornam a situação da área de palafitas mais alarmante.

A área do mangue só é ocupada por pessoas que realmente precisam estar nesse local, quando não restam opções viáveis e a situação financeira é tão difícil que mesmo sem pagar certos serviços, é complicado se manter durante o mês. Sendo assim, a vida sobre o mangue é uma necessidade que as famílias de baixa renda precisam enfrentar, levando em consideração suas situações financeiras e o baixo investimento em moradias populares na cidade, que corroboram com essa realidade. Conforme AFONSO (2002),

“Por esses fatores que dificultam o uso e a ocupação formal (associados às restrições legais), os manguezais têm se tornando áreas preferidas para localização de assentamentos espontâneos da população de baixa renda, sem poder aquisitivo para comprar sua moradia no mercado formal, o que tem sido um fator de destruição total ou parcial de sua estrutura em muitos pontos da baixada santista. “

A favela do Mangue Seco tem cerca de 180 famílias cadastradas na COHAB e, recentemente, em torno de 100 famílias são assistidas com auxílio aluguel, porque a construção da ponte que liga o Jardim São Manoel com o Bom Retiro, finalizada em 2020, abalou as estruturas dos “barracos” criando sérios problemas de instabilidade e colocando as famílias em risco.



Figura 2 Extensão da favela do Mangue Seco vista de cima. Fonte: Mayara S. L. Fonseca, 08/10/2019.

A figura 2 mostra a extensão da favela vista de cima, é possível perceber, que ela se estende por muitos quilômetros e os novos prédios contrastam com a favela ao fundo.



Figura 3 Foto da área em que os barracos do Mangue Seco foram removidos. Fonte: Mayara S. L. Fonseca, 08/10/2019.

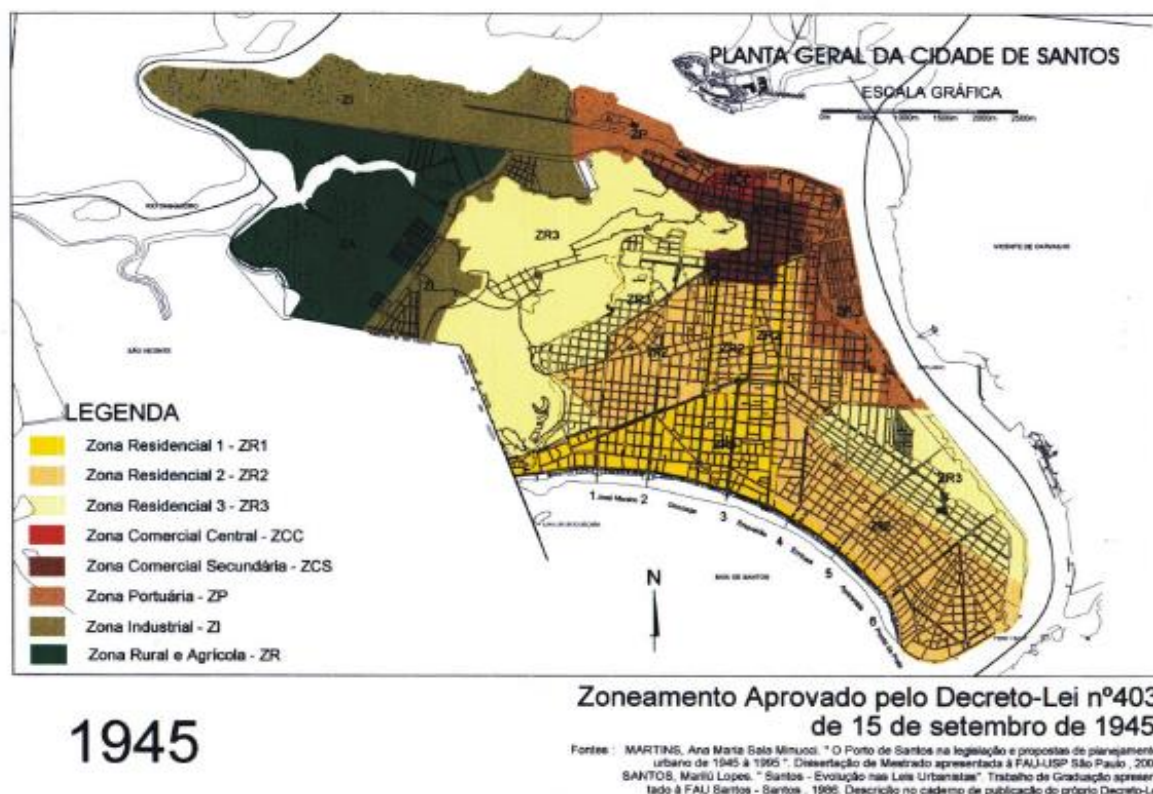
Após a confirmação do pagamento do auxílio, iniciaram a remoção dos barracos. Como é possível ver na figura 3, a remoção de algumas famílias do

Mangue Seco formou um vão entre os outros barracos, deixando um rastro de restos de madeira e estruturas das moradias.

2.1 DA CONSTRUÇÃO DO DIQUE ATÉ A MAIOR FAVELA EM PALAFITAS DO BRASIL

Ao final da década de 1950, conforme a publicação da Progreso e Desenvolvimento de Santos (PRODESAN, 1979), o bairro do Bom Retiro ainda era um grande mangue entre os braços dos rios e algumas bananeiras.

A Zona Noroeste tem 12 bairros, entre eles Areia Branca, Alemoa, Caneleira, Chico de Paula, Bom Retiro, Castelo, Piratininga, Rádio Clube, Santa Maria, São Manoel, São Jorge e Porto Alemoa. A Zona Noroeste e o bairro Bom Retiro, em específico, se tornaram desafios para o aterramento e para torná-los habitáveis. Perdeu as árvores frutíferas e os pequenos sítios e reservou espaços para lotes industriais²



Mapa 4 Planta Geral da Cidade de Santos 1945. Fonte: José Marques Carriço /Ana Maria S. M. Martins/ Marilú Lopes Santos.

² Informações do site Novo Milênio, 2006.

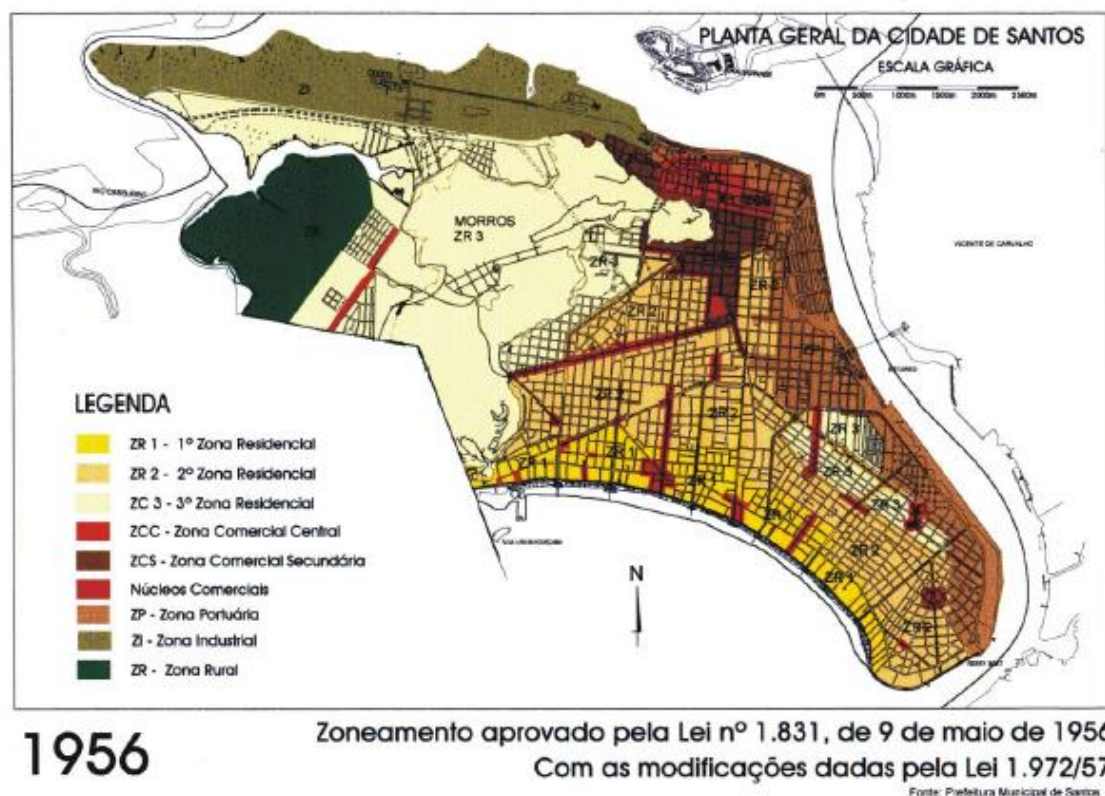
No mapa 4, encontrado no trabalho de dissertação de mestrado de CARRIÇO (2002) sobre a legislação urbanística da metrópole santista, elaborado e baseado em trabalhos de MARTINS (2000) e SANTOS (1966), é possível perceber que a zona era identificada como Zona Rural e Agrícola, o que denota que a área não era destinada para construção de moradia ou reservada como área residencial, mas sim, plantação de frutas e outros produtos agrícolas. Era uma área de pequenos sítios e pouco habitada.

A área em verde escuro é relativamente grande e fica na extremidade e limite da ilha, onde hoje se encontra a área das palafitas.

Em 1955, a Zona Leste de Santos sofreu uma grande valorização imobiliária com verticalização e dos bairros próximos à praia, e com isso é necessário encontrar novos espaços para moradores e migrantes.

Segundo OLIVEIRA (2007),

A drástica reforma social sanitarista que destruiu a única moradia possível para boa parte da classe trabalhadora da época (os cortiços), o aumento dos preços das terras e a própria desapropriação de terrenos para as reformas deslocaram boa parte dessa população para a zona noroeste da ilha, longe das praias, ao pé dos morros, em direção a São Vicente. Nesses novos bairros a ocupação foi desordenada, até hoje a mais pobre e a que mais cresce. (OLIVEIRA, 2007)



Mapa 5 Planta Geral da Cidade de Santos 1956. Fonte: Prefeitura de Santos / José Marques Carriço.

No mapa 5, CARRIÇO (2002) demonstra o começo do avanço dessa ocupação e eliminação da Zona Rural, existe a ocupação de parte da área verde escura, descrita como rural, iniciando a demarcação de lotes e quadras.

De acordo com o site Novo Milênio, o Bom Retiro, diferentemente dos outros bairros, projetados de Santos, tinha a intenção de implantação de meios-fios, guias, sarjetas, luz e água, pagos pelos moradores em um plano comunitário. Inicialmente, seriam 500 lotes e quando aterrado, o bairro ficou um metro mais alto que o bairro ao lado. Segundo CORREA (2004)

Em uma cidade onde existe uma segregação socioespacial, com um setor periférico, não apenas distante do centro, mas sem amenidades, não atraindo, portanto, grupos sociais de elevado status, não resta aos proprietários fundiários senão loteamento de suas terras como meio de extrair a renda da terra. E se trata de loteamentos populares, com o mínimo de infraestrutura. Tendo em vista o baixo poder aquisitivo da população que para aí se desloca, não há interesse desses proprietários em se transformarem em promotores imobiliários. Apenas realizarão o loteamento: as

habitações serão construídas pelo sistema de autoconstrução ou pelo Estado, que aí implanta enormes e monótonos conjuntos habitacionais. (CORREA, 2004, pag.19)

O bairro se tornou atrativo aos trabalhadores do porto que não possuíam casa própria e não tinham muito dinheiro disponível para a compra em outros bairros, de acordo com o site Novo Milênio que possui registro históricos da cidade,

“Os trabalhadores portuários foram os que mais se interessaram pelos lotes do Bom Retiro. A unidade, com 10 metros de frente e 25 de fundo, custava Cr\$ 240 mil (velhos), com entrada e prestações de Cr\$ 1.800,00 mensais. Como na época os portuários ganhavam em média Cr\$ 5 mil mensais, a prestação correspondia a um terço do salário. Se muitos passaram apertado no começo, ao final das contas acabaram levando vantagem, já que o prazo de pagamento era de 12 anos, sem nenhum acréscimo.”

Oficialmente, de acordo com o site Novo Milênio, a área das palafitas teve início em 1950, quando o antigo Departamento Nacional de Obras de Saneamento decidiu construir um dique e canais na Vila Gilda, nas margens do rio e como a parte alta do dique era plana, as primeiras famílias conseguiram ocupar a área, construindo as palafitas e se instalando por volta de 1960.

Entre os anos de 1960 e 1975, sobre o mangue já viviam mais 3 mil moradores em 300 casas. Durante o século XX, a Baixada Santista passou por intensa transformação, entre os anos de 1930 e 1950, foram desenvolvidas infraestruturas e as indústrias, como a cidade de Cubatão, que se tornou um polo industrial e um maior desenvolvimento da refinaria da Petrobrás. Em pouco tempo, entre 1969 e 1976 o porto foi ampliado, foram criados armazéns e pátios, atraindo ainda mais trabalhadores para a região. E a partir dos anos 70, houve o *boom* imobiliário da região. Com a ocupação das palafitas, o rio dos Bugres que antes era límpido e cheio de robalos e paratis, nesse momento já tinha se degradado e era o principal local de lazer das crianças, devido à falta de outras opções de lazer nas proximidades, pois só possuía uma única praça, Praça José Lamacchia, mas era cercada por casas, sem grama, com bancos e sem espaços o lazer infantil. O horto abandonado, sem poda e

grades enferrujadas, chão e banheiros sujos, representava mais perigo do que um lugar apropriado às crianças.

2.2 PLANO DIRETOR

O Plano Diretor de 2018, resumidamente, tenta abarcar os problemas da cidade de forma genérica, não destaca quais as áreas que serão regularizadas ou quais grupos serão realocados e beneficiados por programas sociais. No Artigo 25, V – “garantir o direito à habitação e aos equipamentos sociais em condições socioambientais de boa qualidade” a prefeitura inicia suas disposições se comprometendo com as demandas de habitação e bem-estar social.

No Artigo 43, o documento procura esclarecer as futuras ações para algumas áreas ocupadas, a regularização fundiária vem como forma de legalizar áreas e resolver problemas fundiários da população em habitações irregulares, mas não esclarece como serão realizadas essas ações.

Art. 43. As Zonas Especiais de Interesse Social — ZEIS são determinadas porções de território com destinação específica e que atendem às normas próprias de uso e ocupação do solo, destinadas à regularização fundiária e urbanística, produção e manutenção de Habitação de Interesse Social – HIS e de Habitação de Mercado Popular – HMP, obedecendo à seguinte classificação: I – Zonas Especiais de Interesse Social 1– ZEIS-1, que são áreas públicas ou privadas ocupadas espontaneamente, parcelamentos ou loteamentos irregulares e/ou clandestinos, incluindo casos de aluguel de chão, habitados por população de baixa renda familiar, destinados exclusivamente à regularização jurídica da posse, à legalização do parcelamento do solo e sua integração à estrutura urbana e à legalização das edificações salubres por meio de projeto que preveja obrigatoriamente o atendimento da população registrada no cadastro físico e social da respectiva ZEIS existente no órgão de planejamento ou de habitação do Município;

No artigo 142, o plano garante que a política da cidade vai priorizar a habitação adequada para a população.

Art. 142. A Política Municipal de Habitação tem como princípio a moradia adequada como direito e vetor de inclusão social, garantindo

um padrão e habitabilidade com inserção urbana que permita o atendimento pelos sistemas de infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade e equipamentos públicos que assegurem o exercício pleno da cidadania.

Será que a prefeitura cumpre o que diz o seu plano diretor ao criar vagas de habitação tão distantes da própria cidade? E em relação ao atendimento em equipamentos públicos e a mobilidade? Sendo a história de ocupação da área das palafitas muito antiga, como foi insuficiente as ações para ajudar a população e resolver os problemas?

Em 1998, na PCV (Pesquisa de Condição de Vida) da fundação SEADE, “o segundo tipo de edificação, mostraram um crescimento relativo dos cortiços, que passaram de 1,2% em 1994 para 3,1% em 1998 no interior paulista” (CARRIÇO,2002). Segundo CARRIÇO (2002), barracos e casas na favela abrigavam 3% das famílias e que a baixada santista tinha uma maior quantidade (26,8%) de moradias insalubres em comparação com o interior paulista (12,8%). Já a taxa de famílias proprietárias era de 59,1% (sendo 70% dessas pessoas, locações 24,3%, moradias cedidas 9,3% e “invasões” 7,3%), denotando que existia já em 1998 uma grande parcela da população de baixa renda em moradias nas favelas e demonstrando a falta de investimentos na habitação social (CARRIÇO,2002). Santos, historicamente, privilegia os apartamentos de segunda residência, em detrimento dos pobres e trabalhadores da própria cidade. A autoconstrução em periferia ou morros é a opção mais relevante das pessoas de baixa renda, que não conseguem atender aos requisitos dos programas de financiamento de moradia.

A legislação urbanística da baixada santista é sanitaria e funcionalista, conforme CARRIÇO (2002) e seu zoneamento só reforça a segregação. Os espaços mais privilegiados de infraestrutura e serviços ficam reservados aos que podem pagar muito por isso e os pobres ficam nos limites, resistindo para permanecer nas cidades.

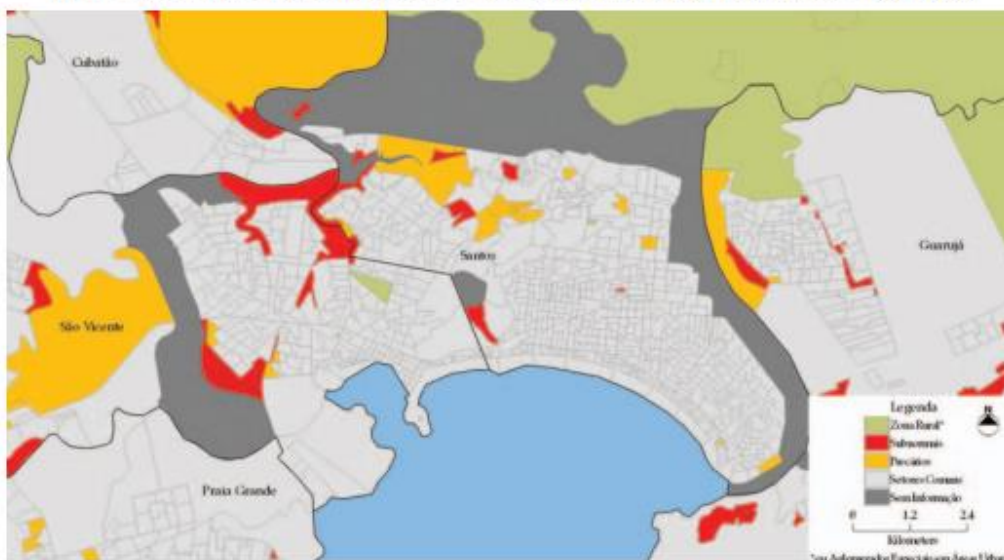
2.3 SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL

Santos possui índices de IDHM de 0,840 em 2010, e em 2003 o Gini (Índice de Desigualdade de Renda) de Santos era 0,49, enquanto a cidade de São Paulo era 0,46 e PIB per capita R\$50.544,73 em 2019, de acordo com a AGEM (Agência Metropolitana da Baixada Santista) e o PIB per capita do Brasil em 2020 é apenas R\$ 7.559. Santos tem um PIB (Produto Interno Bruto) de R\$ 22.532.672, ocupando a 36º no Brasil e 13º município no Estado. O salário médio mensal era de 3,4 salários-mínimos em 2018 com 48,3% da população ocupada. Ao comparar o PIB per capita é evidente a discrepância entre os R\$ 50 mil municipais com os R\$ 7mil federais, Santos é uma cidade com altas rendas, mas com pouca distribuição e planejamento para mitigar as desigualdades. É quase impossível acreditar que na mesma cidade existem pessoas com rendas extremamente altas e a outra parte, com pessoas que precisam improvisar moradias em cima da maré.

As estimativas de desigualdade social em Santos estão próximas das médias nacionais, mas a falta esgotamento sanitário é preocupante, pelos riscos que impactam à população e pela deterioração causado ao meio ambiental local, como a degradação dos mangues.

Conforme o estudo de MARQUES (2007) sobre os assentamentos, termo que não foi trabalho nessa pesquisa, em Santos não há uma grande presença de assentamentos precários na sua área ocupada e a maior concentração de assentamentos precários se encontra ao norte e na zona noroeste, área também pouco frequentada por turistas e situada em zonas distantes de grandes dispositivos de lazer e turismo, a presença das favelas estão nos bairros de Chico de Paula, Morro Caneleira, Morro Nova Cintra, Morro Pacheco, Saboó e Rádio Clube.

Mapa 90 – Distribuição espacial dos setores censitários segundo tipo de assentamento. Detalhe do município de Santos (RM da Baixada Santista)



Mapa 6 Mapa das áreas com assentamentos precários Fonte: Elaboração CEM/CEBRAP a partir do censo Demográfico IBGE (2000)

O mapa 6 destaca em vermelho as áreas identificadas como assentamentos precários pelo estudo realizado pela CEM, onde a área das palafitas aparece em vermelho, existem poucas áreas com esse destaque na cidade, revelando a urgência em tornar as atenções para essa área e sua população.

De acordo com os documentos sobre os assentamentos de MARQUES (2007) em Santos, em 2005, os dados apontavam para uma demanda de construção de 130 mil moradias.

Já em 2009, a COAHB Santista lançou o documento de planejamento das construções de prédios habitacionais. Os números de unidades muito baixo para abarcar todo o déficit habitacional.

Tabela 2.1: Parcerias e Convênios em Andamento entre Entes Federativos para Promoção Habitacional no Município de Santos

Projeto	Nº convênio	Novas UHs para famílias a serem removidas	UHs a serem consolidadas	Entes Federativos			Total investimentos
				PMS	SH/CDHU	MCidades	
Dique/Pelê II (ex HBB)	PAC 218.842-88/07	480	185	7.120.125,32		11.944.788,00	24.299.449,86
Projeto co-localizado				5.234.536,54			
Dique (Galeria)	177.956-81/05	-	23	117.000,00		390.000,00	507.000,00
Dique (Galeria)	195.394-65/06	-	17	58.690,00		292.500,00	351.190,00
Caneleira IV - Dique/Benigno I	FNHIS 192.882-05/06	320	340	11.584.439,38		8.872.500,00	20.456.939,38
Caneleira - Dique/Benigno II	FNHIS 192.883-19/06	360	309	13.218.436,03		9.067.500,00	22.285.936,03
Dique - PAC I (Etapas 1, 2 e 3)	PAC 218.840-60/07	1.108	1.111	21.019.299,34		46.535.200,00	67.554.499,34
Sub Total Dique Vila Gilda		2.268	1.985	58.352.526,61		77.102.488,00	135.455.014,61
Favelas da Zona Noroeste* - PAC II (Etapas 1, 2, 3 e 4)	PAC 218.841-74/07	1.144	476	31.287.962,96		39.723.200,00	71.011.162,96
Sub Total Favelas Zona Noroeste		1.144	476	31.287.962,96		39.723.200,00	71.011.162,96
Estradão C		320	-	2.399.360,00	CDHU		2.399.360,00
Estradão N		180	-	1.349.640,00	CDHU		1.349.640,00
Sub Total Estradão		500	0	3.749.000,00		0,00	3.749.000,00
Almoas - PAC		898	135		37.300.000,00	16.000.000,00	53.300.000,00
Sub Total Almoas		898	135		37.300.000,00	16.000.000,00	53.300.000,00
TOTAL UHs		4.810	2.596	93.389.489,57	37.300.000,00	132.825.688,00	263.515.177,57

Tabela 1 Tabela sobre a promoção Habitacional no município de Santos Fonte: PMS/ COHAB-ST, 2009

Ainda que os números de unidades a serem construídas sejam expressivos, desde 2009, a tabela 1 da COHAB Santista mostra em seus dados totais que existe uma discrepância entre o número de famílias muito maior para remoção em relação ao número de unidades a serem construídas. A favela continua a crescer ou a se manter, não há uma produção de moradias eficiente para garantir que famílias em situação de risco e famílias de movimentos de moradia garantam uma unidade e sua permanência na habitação da cidade, a demanda por moradias cresce e as crises econômicas só pioram a situação dessas famílias, é necessário um projeto que realmente contemple a realidade dessas pessoas, assegurando a fixação e desenvolvimento socio financeiro desses indivíduos.

Em 2019, a AGEM (Agência Metropolitana da Baixada Santista) lançou os indicadores das cidades, mas não atualizou os números de assentamentos precários, nem o número de habitações a serem construídas para suprir o déficit habitacional.

Segundo CARRIÇO (2002), a partir de 1960, o zoneamento funcionalista fez a população mais pobre e trabalhadora se distanciar do centro e dos bairros mais tradicionais, tendo como alternativas os morros, a zona noroeste ou as cidades vizinhas, essa expulsão também resulta de salários baixos, subempregos, isso muito se assemelha com o modelo econômico de países capitalistas periféricos.

O jornal A Tribuna em 5 de fevereiro de 1965³, já alertava para o crescimento desordenado pela prefeitura. Como é possível na figura 4 abaixo:

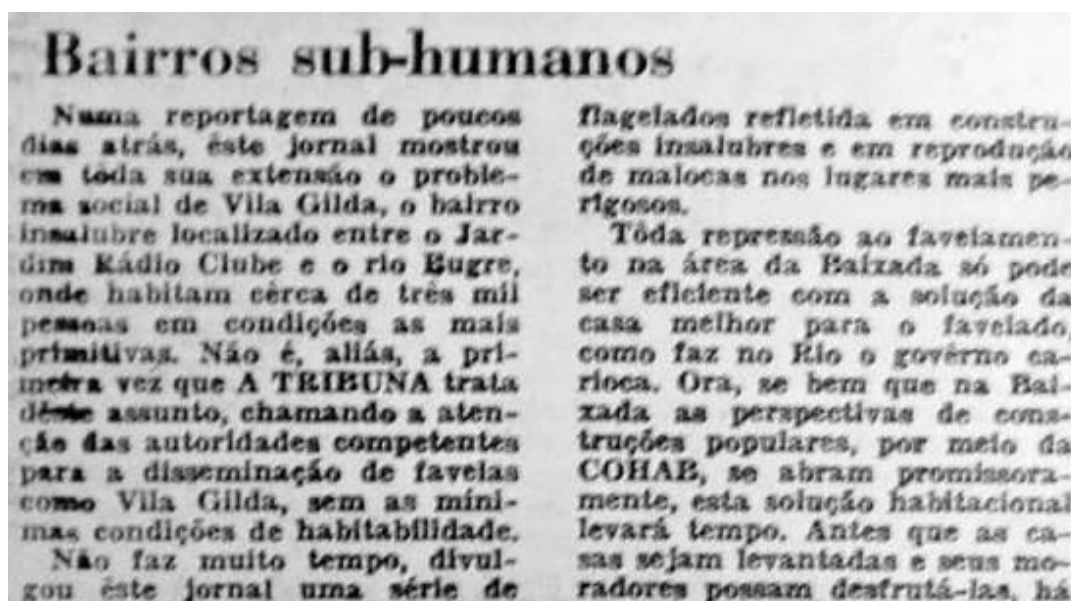


Figura 4 Recorte do Jornal A Tribuna do dia 5 de fevereiro de 1965 Fonte: Novo Milênio

E em 2006, o jornal A Tribuna publicou uma matéria com a seguinte declaração: "Estou procurando conscientizar os moradores cadastrados no sentido de que, se eles permitirem novas invasões, vai ficar ainda mais difícil construir casas para eles", salienta o vereador *Boquinha*. "Não é que a gente não queira que a pessoa tenha um barraco, não é nada pessoal, mas se não houver seriedade no congelamento nunca teremos uma política habitacional no Município", o vereador coloca nos moradores a responsabilidade da falta de planejamento habitacional e de barrar o crescimento da favela.

³ Jornal A tribuna, fonte: Novo Milênio.



Figura 5 - Desenvolvimento da Favela em Palafitas. Fonte: Novo Milênio.

Na figura 5, o site Novo Milênio divulgou aerofotografias de três momentos do desenvolvimento das palafitas que conseguem captar as diferenças nas proporções das áreas ocupadas e as datas em que foram tiradas, demonstrando um nítido crescimento das palafitas no Jardim São Manoel e no Dique da Vila Gilda, esse crescimento é notório, não há chances de que o poder público não tenha percebido a chegada de tantas pessoas. Se em 1987, houvesse um plano eficaz e comprometido com as questões sociais e ambientais, as realocações e a preservação do mangue teriam sido menos complicadas em relação ao tempo presente. Em 1997, o Jardim São Manoel, em menos de 10 anos criou um “enraizamento” e foi expandindo a área ocupada pelas palafitas. E nos últimos anos, a terceira imagem mostra a consolidação dessa área ocupada pelas palafitas e a diferença expressiva entre ela e a primeira foto.

As ocupações continuaram a aumentar, famílias cresceram, outras saíram das palafitas e muitas pessoas migraram de outros estados, chegaram na esperança de ter um emprego e melhores condições de vida, como muitos nordestinos que depositaram suas esperanças em Santos. Não houve muito comprometimento dos governos anteriores em resolver a questão, que hoje se transformou em um problema social, habitacional, ambiental, sanitário e de segurança.

3. CONVERSA COM AS MORADORAS

Na comunidade do Mangue Seco, a jovem Isabela Santos de Brito, 24 anos, será meu contato para apresentar a comunidade e fazer o contato para compreender melhor favela e seus moradores. A conversa se deu de maneira informal, mas também toquei em assuntos envolvendo suas lembranças da favela, como ela era, sobre a possível conquista de apartamentos pela CDHU, sobre realocação para outras cidades, como São Vicente e sobre seu acesso à cultura. A jovem nasceu em São Vicente, mas foi morar no Mangue Seco aos 8 meses de idade e foi criada nas palafitas e ao conversar com ela, revelou que: “a infância foi muito divertida, mas muito complicada por causa da condição financeira”.

Entre seus 5 irmãos, a jovem foi a única que conseguiu iniciar uma faculdade antes dos 20 anos, com a ajuda da pensão por morte de seu pai, terminou o ensino médio na Escola Estadual Francisco Meira e em 2019 se graduou em História, a escola estadual que é situada nas proximidades da favela, não era considerada, por Isabela, uma escola muito boa, tinham diversos problemas em sua estrutura e ensino.

Sobre a situação da favela e uma possível mudança, devido a possibilidade de realocação em programas de habitação, ela afirma que gostaria de ir para apartamentos do CDHU, mas que fosse em Santos, pois trabalha e estuda na cidade, o deslocamento para outra cidade iria prejudicar sua situação financeira, pois o transporte intermunicipal é caro e de má qualidade, tempo e dinheiro seriam desperdiçados, além de que perderia o contato próximo com muitos familiares e amigos. Com a construção de uma solução do CDHU com mais de mil apartamentos sendo produzidos na periferia da cidade ao lado, São Vicente, a jovem disse:

“é muito complicado morar em um lugar como o Tancredo Neves, além de violento, a cidade é conhecida pelos altos índices de assaltos e serviços públicos ruins, e a própria localização dos prédios é bem isolada de tudo, principalmente, comércios e serviços”.

Em Santos, Isabela acredita que as pessoas que moram em bairros da Zona Leste têm mais oportunidades e acesso à cultura (cinema e teatro),

gostaria de morar no Gonzaga se tivesse condições, mas perto das outras cidades, morar na periferia de Santos é bem melhor. Sobre o preconceito de morar na favela, ela disse: “já passei por muitas situações ruins, preconceito por ser negra e por ter trabalhado em rede de *fastfood*, muitas pessoas me trataram mal quando entrava em lojas... ficavam desconfiadas”.

A mãe de Isabela, dona Hozanilda Santos dos Anjos, de 62 anos, pensionista, nunca frequentou a escola e é analfabeta, me disse que:

“à favela não mudou muito, mas arrumaram as ruas próximas da favela com asfalto, tinham mais famílias e barracos, mas com o incêndio que ocorreu 2014, algumas famílias foram para o auxílio aluguel”,

Em relação a morar em uma CDHU, ela disse: “eu não iria, pois não tenho dinheiro para pagar tantas contas, só se fosse para morar de graça! ou eu como ou eu pago!”. A maior parte das chefes de família se preocupam com os novos encargos dentro de um apartamento da CDHU, não basta apenas dar a moradia, é necessário criar programas e um acompanhamento sério de algumas famílias, para entender suas dificuldades e demandas, sejam elas sobre trabalho, saúde, mobilidade, educação ou outras questões, não adianta apenas culpar as famílias pela venda, locação ou abandono de apartamentos da CDHU, mas sim, compreender profundamente os problemas da população que está indo para um conjunto habitacional, extrapolando um dado superficial de renda. Hozanilda acha que sem a realocação das famílias da favela, pelo menos a questão da iluminação e dos fios soltos, emaranhados, poderiam ser consertados para melhorar as condições de moradia na favela e ter mais segurança. Ela veio da Paraíba com 14 anos, fugiu de casa e entrou clandestina em um navio. Na Paraíba, ela falou que “existia a ideia de que no Estado de São Paulo era um lugar muito fácil de conseguir dinheiro na década de 70, trabalhando no porto, com café, na Cosipa, na Sabesp...”, tal lembrança compartilhado dialoga com MELLO (2007),

A maioria dos imigrantes vinha por conta própria a partir das “cartas de chamada” de parentes ou amigos que se responsabilizavam pela chegada e instalação de seus patrícios para trabalharem principalmente na reforma e ampliação do porto, iniciada na última década do século XIX (MELLO, 2007).

Mas quando chegou na baixada santista, ela foi morar em cortiços no centro de Santos e posteriormente comprou um barraco nas favelas de São Vicente, depois migrou para o Mangue Seco em Santos, nas palafitas. Quando ela comprou o barraco no Mangue Seco nos anos 90, ele custou R\$ 3 mil reais, mas atualmente, as pessoas conseguem vender um barraco por até R\$ 30 mil reais. Esse comércio ilegal das lamas ou palafitas, ainda que seja mais barato, pode não ser acessível a todos que realmente precisam de uma casa.

Minha terceira conversa foi com Maria, 52 anos, diarista, não frequentou a escola e mora na favela há 25 anos, sobre morar na favela, ela diz: “eu estou desempregada, mal consigo comer, ou bem eu como ou pago um aluguel”. Para ela, morar na favela é a melhor opção, pois não precisa arcar com muitas contas. Entre as cidades, uma realocação para São Vicente seria ruim, porque “até a condução intermunicipal que era de graça para os idosos, o 105⁴, tiraram, e se for a pé, vou ser assaltada ou morta”.

Alice Bernardino dos Santos, tem 22 anos, autônoma, tem o ensino médio completo e 1 filho. Em nossa conversa, ela revelou que na sua infância “gostava muito de brincar na rua, brincar de queimada com as outras crianças”, ela chegou na favela com menos de 1 ano, pois sua avó já morava na favela. Apesar de gostar da favela, ela revelou: “fico com medo dos tiroteios, tenho um filho e marido, que podem ser confundidos ao sair do beco e feridos”

Sobre a possibilidade de viver em um edifício do CDHU, ela disse: “gostaria de morar em um apartamento, pois é melhor que um barraco e poderia melhorar de vida”. Ela acredita também que projetos sociais voltados para as crianças poderiam melhorar as condições de vida no Mangue Seco, com esporte, educação e cultura. Educação, esportes e cultura são transformadores e são direitos dos cidadãos, que deveriam fazer parte efetiva da vida dessa favela. Conversando sobre acesso à cultura, ela disse vai pouco ao cinema, uma vez ao ano e teatro só foi com a escola. Se ela tivesse condições, adoraria morar no Gonzaga (na Zona Leste), mas sobre São

⁴ 105 é uma linha de ônibus intermunicipal, que passava em São Vicente e Santos, o diferencial dessa linha era a entrada no terminal santista, diminuindo os custos na passagem de muitos trabalhadores, mas os ônibus continuam de graça para os idosos.

Vicente, ela tem uma percepção mais negativa sobre a cidade e seus serviços públicos.

Kelly Cristina, 37 anos, autônoma, ela parou de estudar no ensino fundamental, 7º ano (antigo ciclo). Ela mora há 30 anos no Mangue Seco e compartilhou ter gostado muito da sua infância na favela, gostaria de ir para uma CDHU, mas preferia permanecer em Santos. Sobre melhorias na favela, para ela, a favela poderia melhorar a segurança, mas gosta muito da Zona Noroeste e Santos proporciona melhores oportunidades. Assim como as outras moradoras mais jovens, Kelly Cristina nutre um sentimento de pertencimento a favela e a zona noroeste, o que remete a as diversas dimensões da categoria Lugar, como exprime (CARLOS,1996):

“O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar indissociavelmente à produção da vida. No lugar emerge a vida, pois é aí que se dá a unidade de vida social.” (CARLOS, 1996, p.30).

Ela não gostaria de ir para São Vicente, devido ao distanciamento e as diversas críticas feitas sobre a prefeitura de São Vicente e a oferta de serviços públicos. Kelly, declarou que já sofreu muito preconceito por morar em favela. E ao tocar no assunto de acesso à cultura, ela me disse que não tem o costume de ir em cinema e teatro.

Os moradores do Mangue Seco vêm se organizando e oficializando seu Centro Comunitário tendo como referência a moradora e presidente da comunidade Aciana Bernardino, 43 anos, mãe de 4 filhos que reside na comunidade há mais de 20 anos. Em nossa interação compartilhou que sua maior luta é referente à moradia, sendo que ela já organizou diversas manifestações cobrando a prefeitura oportunidades para os moradores adquirirem uma CDHU. Sobre migrar para outra cidade, a Aciana disse que “prefiro permanecer em Santos, pois apesar das deficiências da região, as demais cidades do litoral possuem problemas maiores”. A Aciana Bernardino

em conjunto com outras mulheres que são lideranças na favela do Mangue Seco, buscam constantemente suprir parte das necessidades dos moradores, buscando doações de alimentos, roupas e móveis, por exemplo. Essas mulheres são protagonistas na organização e mobilização por melhores condições de vida, além de mães e trabalhadores, tomam a frente dessas lutas pelo bem da comunidade.

Quando paralisou as obras da prefeitura junto com as outras donas de casa, Aciana conversou com diversas autoridades e representantes, solicitando a retirada dos moradores afetados pelas obras da ponte para receberem o auxílio aluguel. Durante as negociações, o projeto Conjunto Prainha II foi mencionado, insinuando que os moradores teriam a prioridade ao receber esses apartamentos, local situado ao lado do Mangue Seco, sendo que eles já eram moradores daquela região, não afetando ou interferindo nos deslocamentos para trabalho, escolas e faculdades. Com isso, essas autoridades também pediram para que ela os ajudassem a impedir o crescimento da favela, e assim foi feito, Aciana se colocou em inúmeras situações para impedir o crescimento da favela do Mangue Seco, situações até perigosas, para que sua comunidade conseguisse sair das palafitas, mas permanecendo na mesma área. Sem um bom planejamento para habitação e sem força dentro das favelas, a prefeitura se utiliza da influência dos líderes comunitários para fazer a função dela, mas colocando pessoas pobres contra outros pobres que também precisam de moradia, em uma atitude vil e desonesta com os cidadãos.

3.1- PROBLEMAS DO MANGUE SECO

Um dos maiores problemas apontados pelos moradores é referente aos incêndios, sendo que nos últimos dez anos ocorreram 4 incêndios, sendo que em 2014, as chamas consumiram cerca de 300 moradias e o último foi no dia 22/07/2021, só atingiu 3 casas. Devido aos materiais utilizados na construção dos barracos e a proximidade entre eles, os incêndios tomam grande proporção em pouco tempo. Visto que, a principal causa dos incêndios são as fiações elétricas irregulares e enroladas nos postes, que resultam em curto-

circuito. A figura 6 abaixo exemplifica os problemas com as fiações e rede elétricas que podem causar incêndios.

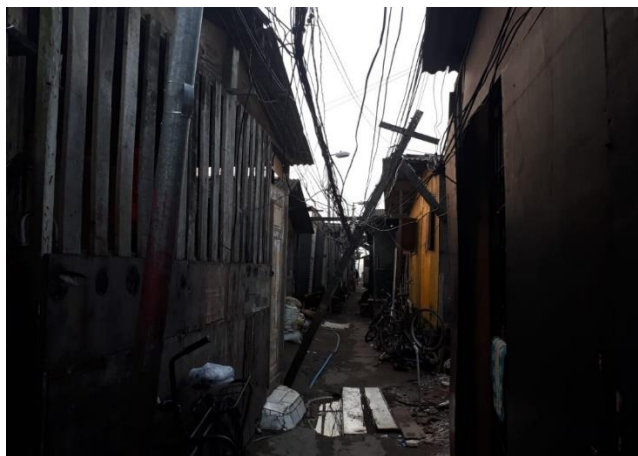


Figura 6 Foto de um dos becos da favela do Mangue Seco. Fonte: Mayara S. L. Fonseca, 08/10/2019.

Além disso, a maioria dos moradores relataram que as frequentes ações policiais, abalam a paz e a liberdade, que ficam com receio de confraternizar entre si e diminuem o fluxo de adultos e crianças em becos e praças ao redor da comunidade.

Por conta da maresia, os barracos necessitam de constantes manutenções para evitar acidentes e desabamentos das moradias. A presença de animais, como aranhas, caranguejos, mosquitos, ratos, ratazanas e baratas, são constantes conforme nos traz, Isabela, ao dizer que: “já nos deparamos com ratos dentro das panelas de arroz e feijão, com o tempo parece que eles vão perdendo o medo e tomam conta da casa”.

Em uma das cidades mais ricas e com o maior porto estadual, de importância nacional, a população tem uma rotina catastrófica e vive em péssimas condições sanitárias.

3.2 - AS PALAFITAS

As palafitas possuem uma estrutura específica para ter mais sustentação e duração. Para a construção das casas de palafitas são utilizados pneus de caminhões, vigas, ripas, madeirite, telhas etc. Sendo que os pneus são utilizados para sustentar as vigas e para que o barraco não afunde com

facilidade, após isso, toda a estrutura da palafita é travada com a utilização de ripas e então, é construída a parte superior, como, por exemplo, o assoalho, as paredes e telhado, a figura 7 ilustra como ocorre essa construção, logo abaixo.



Figura 7 Foto de como são produzidas as moradias do Mangue Seco. Fonte: Mayara S. L. Fonseca, 08/10/2019.

A construção de uma palafita com dois quartos, sala, cozinha e banheiro custa em torno de R\$ 20 mil reais, considerando o valor médio para adquirir o espaço/lama que gira em torno de R\$ 5/10 mil, variando em cada favela, mas também há os aluguéis dos barracos, custando entre R\$ 200,00 até R\$ 500,00.

4. PROJETOS FUTUROS

Em 2019, a prefeitura de Santos iniciou as obras da nova entrada de Santos, sendo parte dessas obras, dois viadutos e uma ponte próxima à área de palafitas do Mangue Seco, e juntamente, um projeto habitacional próximo a essa nova ponte, o Conjunto Prainha II, a figura 8 é o projeto divulgado pela prefeitura. Porém, o projeto, nunca saiu do papel, mas ilustrou todas as divulgações sobre as novas obras de infraestrutura para a população da Zona Noroeste.



Figura 8- Projeto Prainha II. Fonte: Prefeitura de Santos, 2019.

Devido a proximidade da obra da ponte e das palafitas, a draga que utilizaram começou a afetar os barracos, desestabilizou muitos deles, e alguns, até tombaram. A movimentação na lama nessa área criou um estado de alerta nos moradores que decidiram pedir ajuda para a prefeitura. Ao serem ignorados pelo poder público, as donas de casa do Mangue Seco⁵ se reuniram e resolveram paralisar as obras no dia 15/04/2019 e nos dias seguintes, retratado por Ailton Martins na figura 9, elas se revezaram para ficar andando pela obra e atrapalhar os trabalhos, só então, a prefeitura enviou representantes para conversar e ouvir suas demandas. Segundo CARLOS (2007),

“A renovação urbana se inscreve, assim, em um conjunto de estratégias políticas, imobiliárias e financeiras com orientação significativa no processo de reprodução espacial (o qual converge para o aprofundamento da segregação e hierarquização espacial a partir da destruição da morfologia de áreas da metrópole) que ameaça e transforma a vida urbana na medida em que reorienta usos e funções dos lugares da cidade, expulsa a população para a periferia ou, para quem pode pagar, para bairros próximos ao centro.”(CARLOS, 2007)

⁵ Ailton Martins, 2019.



Figura 9- Foto das mulheres do Mangue Seco protestando. Foto: Ailton Martins, 16/04/2019.

Um dos projetos habitacionais mais antigos não finalizados de Santos é o Conjunto Residencial Tancredo Neves III, demonstrado no mapa 7 sua localização, em um dos extremos da cidade de São Vicente, essa área é isolada, tem poucos comércios e pouca infraestrutura, uma vez que a prefeitura de Santos, como parte do projeto de realocação, teve que construir 4 escolas e fazer uma ampliação da UBS nessa área para as novas famílias.



Mapa 7 Mapa elaborado pela autora. Fonte: Google Earth

Ao analisar a distância, de 3,41 quilômetros e o lugar onde foi produzido o empreendimento, fica a evidente a intenção de isolar e segregar essas pessoas em uma das partes mais longínqua da cidade vizinha. Assim, essa situação comprova com a colocação de CARLOS (2007),

A segregação é a negação do urbano e da vida urbana. Seu fundamento é a existência da propriedade privada do solo urbano, que diferencia o acesso do cidadão à moradia, produzindo a fragmentação dos elementos da prática socioespacial urbana e separando os lugares da vida enquanto elementos autônomos. Neste sentido, a existência da propriedade privada do solo urbano vai revelando uma função econômica como realização continuada do valor; uma função jurídica que a realiza enquanto direito garantido pela constituição federal que torna inquestionável sua existência e uma função social e neste nível a existência da propriedade privada da terra realiza a desigualdade que está na base do desenvolvimento da sociedade capitalista. (CARLOS, 2007),

No dia 01/07/2021, a COHAB Santista liberou uma lista de chamamento das pessoas que estavam no auxílio aluguel para atualização dados, chegando no local, eles tiveram que entregar cópias de documentos e comprovação de renda, sem nenhuma explicação sobre o porquê desse procedimento. Porém, 15 dias depois, sem grandes explicações ou esclarecimentos novamente, a COHAB começou a adicionar os moradores em grupos de WhatsApp para que elas fossem escolher os apartamentos no Conjunto Residencial Tancredo Neves III, em São Vicente, o que gerou grande comoção entre os moradores do Mangue Seco, pois perderiam os auxílios se não aceitassem o apartamento em São Vicente e por outro lado, toda uma mudança em suas rotinas e deslocamentos, muitos moradores até se aterrorizaram com a possibilidade de serem demitidos por seus patrões, caso não aceitassem pagar duas conduções (A passagem de Santos custa R\$ 4,65 e a passagem de São Vicente, R\$4,90).

Portanto, o modelo de urbanização imposto pelo Estado se dá de forma ríspida e sem diálogo com as favelas, forma que não ajuda a modificar ou eliminar a favela, e sim, posterga a futura ampliação dela dentro desse projeto de habitação. Uma mudança real na forma de se produzir as ideias do habitar a cidade é necessário para modificar radicalmente essas ações, de acordo com HARVEY (2014),

O direito à cidade deve ser entendido não como um direito que já existe, mas como um direito de reconstruir e recriar a cidade como um corpo político socialista com uma imagem totalmente distinta: que erradique a pobreza e a desigualdade social e cure as feridas da desastrosa degradação ambiental. Para que isso aconteça, a produção das formas destrutivas de urbanização que facilitam a eterna acumulação de capital deve ser interrompida. (HARVEY, 2014)

Em suma, as favelas de Santos e sua população são uteis aos políticos, mas não são considerados cidadãos santistas que mereçam permanecer na cidade e usufruir da cidade plenamente e ter seus direitos garantidos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início do trabalho, foi retomado um pouco da história de Santos, da Zona Noroeste e da favela do Mangue Seco. Foi possível aos poucos perceber que as políticas de habitação e povoamento da Zona Noroeste se deram de forma desordenada, mas observada pelo poder público e pela imprensa.

De pântano, para área rural e até se tornar uma zona residencial, a zona noroeste acolheu aqueles que foram expulsos dos cortiços e aqueles que chegaram esperançosos com possibilidade de ter uma vida melhor e até enriquecer, essa zona abrigou sonhos e vidas durante muitos anos, ocultadas pela prefeitura, mas se fosse possível olhar da praia o que há depois dos morros, seria possível ver os rostos das pessoas que trabalham nas zonas mais privilegiadas, aqueles que são invisíveis em meio a rotina turbulenta, aqueles que não conseguem chegar em casa porque a rua alagou ou aqueles que não têm para onde ir pois o barraco pegou fogo. Essas pessoas construíram a história da cidade de Santos, trabalharam, sobreviveram e resistiram nela. No entanto, o poder público sempre tratou as mazelas dessas pessoas como algo secundário, podendo retirá-las a qualquer momento da cidade onde criaram vínculos, famílias, filhos, vidas e sonhos. Todo o sentimento de pertencimento ao lugar é colocado de lado pelo projeto de tirar os pobres do centro da metrópole e reservá-las apenas para as pessoas que podem pagar pelo privilégio de morar em Santos. E o direito à moradia está previsto na constituição federal, mas não é efetivo na realidade população pobre e muitas vezes colocado como se fosse um favor ou presente para aqueles que foram atendidos, que devem aceitar e não questionar como os programas são elaborados e feitos.

A segregação de pessoas em cidades como Santos-SP é muito evidente, essa falta de organização e planejamento urbanístico continuam com os anos, mas a política habitacional e o planejamento urbano não são projetos imunes às ideologias políticas, todo projeto capitalista tem como intuito beneficiar os poderosos e pessoas com alto poder aquisitivo. E o espaço da cidade se torna um campo de disputa territorial, mas é sempre difícil para as

populações mais pobres resistirem aos projetos sanitaristas e higienistas do poder público.

A localização da Zona Noroeste, com a muralha dos morros, que também tem sérios problemas sociais e sua distância dos centros expandidos torna ainda mais fácil segregar e esconder essa população, a situação em que ela se encontra, sendo assim, estando fora dos cartões postais, é fácil não notar.

Todos os moradores que compartilharam suas histórias neste trabalho, sonham com uma cidade que os acolham verdadeiramente, que lhes deem a possibilidade de trabalhar, morar dignamente, estudar e se desenvolver como as pessoas das outras zonas.

Porém, é possível notar com a história de Santos e tantos anos negligenciando as zonas mais pobres, que o projeto da cidade não inclui todos os pobres que a ajuda a se desenvolver. A solução de transferir centenas de moradores das palafitas é uma prova irrefutável da mentalidade segregacionista e higienista. Como se já não bastasse a dificuldade em sobreviver em uma das cidades mais caras do Estado, a população se torna descartável em meio ao planejamento de construir a imagem de uma cidade perfeita, sem pobres, onde a praia espera os turistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Cintia Maria; MACEDO, Silvio Soares. A paisagem na Baixada Santista: urbanização, transformação e conservação. 2002.Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

AGEM, Agência Metropolitana da Baixada Santista- Indicadores Municipais. Santos, 25 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.agem.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/20191125-DC-INDICADORES-MUNICIPAIS-RMBS-PORTAL-SDR-06.12.2019.pdf> Acesso em: 05 de nov.de 2020

BRITO, Isabela Santos de. A expansão urbana de Santos e a emergência da Zona Noroeste. Universidade Católica de Santos, Santos,2019.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p. Inclui bibliografia. 1. Espaço 2. Cidade 3.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar no/do mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARRIÇO, José Marques; SCHIFFER, Sueli Terezinha Ramos. Baixada Santista: transformações produtivas e socioespaciais na crise do capitalismo após a década de 1980. 2006.Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CARRIÇO, José Marques; SCHIFFER, Sueli Terezinha Ramos. Legislação urbanística e segregação espacial nos municípios centrais da Região Metropolitana da Baixada Santista. 2002.Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

COHAB Santista- Plano Municipal de Habitação de Santos - Santos, dezembro de 2009. Disponível em: https://www.cohabsantista.com.br/plano_municipal_de_habitacao.pdf Acesso em: 04 de nov. de 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. 4ª Ed. São Paulo: Editora Ática. S.A, 2004.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 294

LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. São Paulo: Centauro, 2001. 144

MARQUES, Eduardo Cesar Leão (Coord.). Assentamentos precários no Brasil urbano. Brasília/São Paulo: Ministério das Cidades/CEM, 2007, 392 pp.

MARTINS, Ailton. Moradores do Mangue Seco bloqueiam obras da Nova Entrada de Santos. Frequência Caiçara, Santos-SP, 16 de abr. de 2019. Disponível em: < <http://ontonrtv.blogspot.com/2019/04/moradores-do-mangue-seco-bloqueiam.html> >. Acesso em: 26 de jul. de 2021.

MEIHY, Jose Carlos Sebe Bom; BARBOSA, Fabíola Holanda. História oral: como fazer, como pensar. [S.l: s.n.], 2007.

MELLO, G. H. de. A modernização de Santos no século XIX: mudanças espaciais e da sociabilidade urbana no centro velho. Cadernos CERU, [S. l.], n. 18, p. 107-131, 2007.

NOVO MILÊNIO, 2006. Bom Retiro, onde tudo começou com um morro. Disponível em: < <https://www.novomilenio.inf.br/santos/h0100b21.htm> >. Acesso em: 26, jul. e 2021.

NOVO MILÊNIO, 2006. Favelas urbanas e desfavelamento - HISTÓRIAS E LENDAS DE SANTOS - URBANISMO (D)- Santos, 22/10/2006. Disponível em: <https://www.novomilenio.inf.br/santos/h0230d3.htm> Acesso em: 04 de nov. de 2020

OLIVEIRA, J. A. O envelhecimento populacional na estrutura urbana: um estudo sobre Santos. Cadernos CERU, [S. l.], n. 18, p. 134-157, 2007.

Prefeitura de Santos. Dados e Calendário oficial. Disponível em: <https://www.santos.sp.gov.br/?q=hotsite/conheca-santos> Acesso em: 26, jul. e 2021.

Prefeitura de Santos. Urbanismo. Mapa das Macrozonas. Disponível em: <https://www.santos.sp.gov.br/static/files_www/files/portal_files/anexo_iii_macr_ozonas.pdf> Acesso em: 26, jul. e 2021.

PRODESAN, Progresso e Desenvolvimento de Santos S. A. Santos obras 74/79. Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1979. 93 p.

SANTOS, Milton. A Cidade como centro de região: definições e métodos de avaliação da centralidade. UFBA, Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais. Salvador.1959, pag.18.

ZÜNDT, C. Baixada Santista: uso, expansão e ocupação do solo, estruturação de rede urbana regional e metropolização. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2006.p. 305-336.